

Câmara Federal. Eu era Deputado. O vento me conduziu ao Senado, e a sorte conduziu Sua Excelência à Presidência da República. Na época perguntei a Sua Excelência se considerava possível, quando se pensava instalar uma refinaria de petróleo em Betim — desculpe-me, porque pode extravasar um pouco o assunto da sua Pasta — eu dizia a Sua Excelência: dada a circunstância de que Vitória é o portão de entrada do Brasil e a porta de saída de 60 milhões, como neste ano — em minério de ferro, não deveria a refinaria de petróleo ser instalada ali, junto da nossa concentração siderúrgica de Tubarão? A declividade do Rio Doce, em 450 quilômetros, do coração de Minas até a ponta dos trilhos da Vale do Rio Doce, é de apenas 150 metros, enquanto que o petróleo enviado do Rio de Janeiro para Betim sobe, no primeiro recalque, 1.000 metros de altura em Petrópolis.

Pergunto a V. Ex<sup>a</sup> se aquela idéia, do Senhor Presidente da República, hoje, e Presidente da PETROBRÁS na ocasião, foi favorável à localização de uma refinaria em Vitória, e também se V. Ex<sup>a</sup> como Ministro, ainda perfilha essa idéia de os capixabas terem a esperança de localizar ali, em Tubarão — atendendo às condições do nosso lençol petrolífero e as amplas perspectivas do petróleo de Campos — localizar, na ponta dos trilhos da Vale do Rio Doce, a futura refinaria de Vitória?

O SR. SHIGEAKI UEKI — Fico numa situação difícil. Já me recusei a debater energia nuclear com o Senador Itamar Franco; e petróleo — contrato de risco — com o Senador Luiz Cavalcante. Agora fico numa situação difícil de debater com V. Ex<sup>a</sup> a refinaria capixaba, vamos chamar assim.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Se V. Ex<sup>a</sup> permite, aguardarei sua próxima visita.

O SR. SHIGEAKI UEKI — Peço licença aos ilustres Senadores Itamar Franco e Luiz Cavalcante, para responder as suas perguntas no fim deste debate. Agora procurarei responder ao nobre Senador Dirceu Cardoso.

Sobre decisão já tomada, é extremamente difícil discutir e também pouco frutífero.

Dizem os americanos que os comentaristas de futebol de segunda-feira são os melhores que existem, porque os técnicos de futebol ou técnicos de qualquer jogo têm que resolver determinado problema no campo, na hora, e nós, críticos de segunda-feira ou críticos a posteriori, temos todos os dados, tudo certo em cima da mesa, para dizer se a solução foi acertada ou se a solução foi errada.

Não quero ser técnico de futebol de segunda-feira nem crítico de segunda-feira. Não farei considerações acerca do que V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Dirceu Cardoso, diz que o Presidente da República falou, que, na opinião do Chefe do Governo, a refinaria que está em Belo Horizonte deveria localizar-se em Vitória. Mas a refinaria já está lá, em Belo Horizonte, e sou de opinião que a melhor pessoa para responder seria um Senador de Minas Gerais, porque vai defender, com ardor, que está bem localizada. (Risos.)

O SR. SHIGEAKI UEKI — Temos alguma produção de óleo na Fazenda Cedro, em São Mateus no sul do Espírito Santo. Transportamos esse óleo até Tubarão, e, por navio petroleiro, o levamos à refinaria de Duque de Caxias. Chegamos a pensar que se a produção crescesse um pouco mais no sul do Espírito Santo, poderíamos ter uma pequena destilaria, uma pequena refinaria, um topping, para não ser preciso levar o petróleo cru até Duque de Caxias e retornar, como produto refinado, a Tubarão. Poderíamos ter uma pequena unidade de destilação atmosférica. Extrairíamos nafta, gas oil e óleo pesado, e misturaríamos com os produtos refinados da REDUC. Os Estados do Espírito Santo, Minas Gerais e toda aquela região geoeconômica seriam supridos. Isso com referência à possibilidade de uma pequena destilaria. Infelizmente a produção do sul do Espírito Santo não atingiu nível que justificasse esse empreendimento.

No que concerne ao petróleo de Campos e a possível existência de reservas de gás naquela região, é evidente que a PETROBRÁS

deverá estudar cuidadosamente a possibilidade, principalmente do gás, de ser industrializado, ser aproveitado nas proximidades, porque o gás é de transporte difícil. É possível, inclusive, com base em gás e com base em petróleo, termos indústrias localizadas naquela região. Contudo, não podemos nem devemos pôr os carros diante dos bois. Devemos, sim, concluir o levantamento das reservas da bacia de Campos, que — graças a Deus — se revelam bastante promissoras. Em todos os furos posteriores ao descobridor houve sucesso, com exceção apenas de um poço, de um furo. É índice excelente. Acreditamos que com a intensificação da pesquisa na bacia petrolífera de Campos, que mede 24.000 km<sup>2</sup>, o Brasil possa mudar uma página importante da história do petróleo e da história econômica do nosso País.

Se os resultados posteriores indicarem a existência de grandes reservas de gás, confirmarem as nossas esperanças em matéria de petróleo, não resta a menor dúvida de que aquela região vai ser bastante beneficiada.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Guerra.

O SR. PAULO GUERRA — Sr. Ministro, depois de ouvir com encantamento sua brilhante exposição e presenciar o vigor da sua inteligência, dominando plenamente os assuntos da sua Pasta, permita-lhe fazer um pedido e uma pergunta. O pedido talvez V. Ex<sup>a</sup> não possa atender, porque segredo de estado: que V. Ex<sup>a</sup> nos forneça, ao Congresso Nacional, o número do telex que dirigiu ao Senhor, para que possamos pedir a Ele assegure ao Brasil um regime democrático, livre de qualquer processo de radicalização e capaz de promover o bem-estar e a segurança do povo brasileiro. (Palmas.)

Segundo, a pergunta, e assunto que talvez fuja à finalidade principal deste Seminário, porque V. Ex<sup>a</sup> está aqui discutindo a Política de Minério do Governo.

Sou homem do Nordeste, e vou fazer uma pergunta setorial a V. Ex<sup>a</sup>

Estou regressando das margens do rio São Francisco, onde percorri oito cidades, com população de 200 mil pessoas. Estão assustadas com a notícia da construção da Hidrelétrica de Itaparica. Desaparecerão as cidades de Petrolândia, Itacuruba, uma parte de florestas, Belém de São Francisco, Santa Maria da Boa Vista e talvez Cabrobó, carregando todo um terreno rico, o terreno de aluvião.

Qual a orientação de V. Ex<sup>a</sup>, diante da necessidade da execução da obra. O rio São Francisco foi um presente para a energia hidrelétrica do Nordeste. Não seria necessário, com antecedência de 5 ou 6 anos, um planejamento para o deslocamento dessa população, que está hoje assustada, sem propósito, sem desejo e sem interesse de produzir, em razão dessa ameaça.

O SR. SHIGEAKI UEKI — Primeiro, com referência ao telex, Nosso Senhor não tem número especial de telex. Creio que o telex do Congresso Nacional, assim como o telex do Ministério, é excelente para se comunicar com o Nosso Senhor.

Sobre o setor energético, V. Ex<sup>a</sup> fez uma pergunta menos energética e mais social. Vou procurar dizer com franqueza e com sinceridade, o que pensamos a respeito da Hidrelétrica de Itaparica.

Existe um desnível aproveitável entre a represa de Sobradinho e de Moxotó — o remanso de Moxotó. Sobradinho vai ter um lago de 4.500 km<sup>2</sup>. Será uma bacia de acumulação para atender às necessidades das turbinas de Moxotó e de Paulo Afonso — 4, e às necessidades de toda a Região Nordeste, onde vivem 30 milhões de brasileiros. O único rio passível de aproveitamento energético é o rio São Francisco. Realmente Nosso Senhor atendeu nosso pedido. Se não existisse o rio São Francisco, acredito que as dificuldades do Nordeste, que já são imensas, seriam muito maiores.

Existe — como já disse — um desnível entre a barragem de Sobradinho e o remanso da barragem de Moxotó. É possível o aproveitamento desse desnível para fins energéticos em dois pontos e destes, o mais importante, é na altura de Itaparica. Sabemos que, se

aproveitarmos o desnível na sua totalidade, na altura de Itaparica, vamos criar um grande problema social. Provavelmente, dos 200 mil habitantes que V. Ex<sup>a</sup> citou, nobre Senador Paulo Guerra, 100 mil sofrerão as conseqüências da construção desse lago.

Estamos orientando a CHESF no sentido de estudar as conseqüências de Itaparica com barragem baixa, com barragem média e com barragem normal, alta.

O Sr. Presidente Ernesto Geisel tem orientado muito no sentido de considerarmos a água como recurso global, não apenas como fonte energética. É muito natural que esses problemas sociais pesem nas nossas decisões. Não temos os levantamentos finais, mas somente os preliminares. Tudo isto que estamos falando, em termos de prejuízos para 100 mil pessoas, são dados hipotéticos, preliminares. Caso se confirmem esses dados, provavelmente não construiremos Itaparica alta. Talvez possamos construir, para atender às necessidades energéticas da Região Nordeste, uma Itaparica baixa, que venha aproveitar, principalmente, a calha do rio; ou, então, uma Itaparica média, para se ter o máximo em termos de energia, inclusive levando-se em conta os aspectos da irrigação, da pecuária e de vários usos da água, porque esta tem múltiplas aplicações. Provavelmente não faremos Itaparica alta.

A questão social que o ilustre Senador de Pernambuco levantou está sendo objeto da maior atenção e cuidado por parte do nosso Ministério.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Cardoso de Almeida.

O SR. CARDOSO DE ALMEIDA — Sr. Ministro, como representante da Agricultura e da livre empresa no Congresso, e adepto fervoroso do capitalismo como forma de progresso do meu País, não serei um técnico de segunda-feira, dizendo dos inconvenientes do estatismo do petróleo, mas serei um técnico da hora do jogo. Assim, peço a V. Ex<sup>a</sup> prosiga na sua tese dos contratos de risco, de aumento imediato e dinamização da produção de petróleo no País.

Apoio 100% o Senador Luiz Cavalcante, nesta tese, porque, como agricultor, sei que a agricultura contribui com 70% das cambiais de nossa exportação. Além disso, sustenta o povo brasileiro na sua alimentação.

Verdade que a agricultura, hoje, depende quase que exclusivamente do petróleo. Não existe a menor possibilidade, não é mais possível voltar a trabalhar o campo com a enxada ou arar a terra com o burro, com o boi. Não é mais possível. Estamos totalmente escravizados ao trator e à máquina. Somos o maior produtor de açúcar do mundo, somos o maior exportador de suco de laranja do mundo, temos grandes realizações na agricultura e que deverão ser incrementadas. Sem petróleo ou na dificuldade de se adquirir petróleo, o Brasil morrerá de fome e de falta de dinheiro.

Faço um apelo, como homem que conhece os problemas da agricultura, no sentido de que se tire um pouco certo complexo ou certa preocupação que não deve existir mais, desde que hoje podemos conviver perfeitamente com o capital estrangeiro, como é o caso da indústria automobilística. Se não tivesse vindo para o Brasil, hoje não poderíamos ter nada. Não podíamos fazer estradas de ferro nem canais, porque não tínhamos capital. Mais fácil foi concretizar o transporte rodoviário. É o mais caro, não resta dúvida, mas o que atinge o Brasil todo.

Portanto, como agricultor, peço o prosseguimento do estudo de uma forma de pôr a PETROBRÁS mais dentro do espírito da livre empresa e, assim, com mais intensidade, apressar o surgimento desse petróleo.

O SR. SHIGEAKI UEKI — Pensei que o nobre Deputado Cardoso de Almeida fosse falar de política mineral. No início levei um susto, porque S. Ex<sup>a</sup> é conhecido como um grande defensor da agricultura.

S. Ex<sup>a</sup> disse uma grande verdade: sem agricultura nós todos morreríamos de fome. Se existe uma marca do atual Governo, é

justamente a ênfase que está dando ao setor agrícola. O Presidente tem feito inúmeros pronunciamentos a favor da agricultura, tem, sistematicamente, visitado vários centros agrícolas e prestigiado o setor com seu comparecimento a várias feiras e exposições. Os atos praticados pelo Governo visam, principalmente, a proteção para o desenvolvimento do setor agrícola.

O Brasil possui condições excepcionais para desenvolver sua agricultura. Usamos apenas 5% do Território Nacional para fins agrícolas, quando as áreas de primeira qualidade alcançam perto de 25%. Temos condições de multiplicar por cinco a fronteira agrícola do Brasil, sem falar na possibilidade de aumento de produtividade por hectare. A ênfase dada ao setor agrícola fez com que, no setor mineral, houvesse preocupação muito grande para os insumos de fertilizantes — os fosfatos, nitrogenados, potássio e o calcário agrícola — como corretivo do solo.

O cumprimento do Programa Nacional de Calcário Agrícola e Fertilizantes, lançado em novembro do ano passado, está sendo objeto da maior atenção por parte do nosso Ministério. Estamos indo bem, porque, no setor de nitrogenados, devemos aumentar consideravelmente sua produção, através das fábricas de amônia e uréia de Salvador e Porto Alegre, e com as novas fábricas de amônia e uréia em Sergipe, em Curitiba e Araucária.

Do setor de fosfato já tivemos oportunidade de falar.

No setor de potássio, devemos explorar as jazidas de Sergipe e intensificar a pesquisa nas novas reservas. Tudo indica que o Brasil deve ter outras reservas de potássio.

Com referência ao setor privado de capital, nobre Deputado Cardoso de Almeida, V. Ex<sup>a</sup> pode perfeitamente ser entusiasta da PETROBRÁS, sem deixar de ser capitalista. Basta comprar ações da PETROBRÁS, sem deixar de ser capitalista. Basta comprar ações da PETROBRÁS e torcer pelos resultados. V. Ex<sup>a</sup> continuará capitalista da mesma forma, e a favor da grande empresa estatal que é a PETROBRÁS.

O SR. CARDOSO DE ALMEIDA — Vai ser acelerada a pesquisa do potássio.

O SR. SHIGEAKI UEKI — Terei oportunidade de responder a sua pergunta e a do Senador Luiz Cavalcante daqui a alguns minutos.

O SR. CARDOSO DE ALMEIDA — Sr. Ministro, os agricultores ficam preocupados quando se planeja a construção de uma hidrelétrica, porquanto tem havido, principalmente no Estado de São Paulo — e acredito que em outros também — desapropriação de terras, nas beiras dos rios. São pessoas que já fizeram suas plantações e estão há muitos anos com benfeitorias, só têm aquela terra para viver, e recebem quantia insignificante pela desapropriação, com longas ações. Muitos desistem e, em vez de proprietários, se tornam trabalhadores agrícolas.

Não sei se V. Ex<sup>a</sup> Sr. Ministro, poderá ajudar, mas é preciso que a indenização das desapropriações de terras, para a construção de hidrelétricas, seja paga ao valor do dia e, à vista, a fim de que esses produtores, que às vezes precisam fazer outras culturas, possam comprar terra em outras regiões, e, assim, continuando agricultores.

É injustiça que precisa ser coibida. Não é mais possível assistir esses agricultores abandonados completamente, quando chega o processo da hidrelétrica.

O SR. SHIGEAKI UEKI — Existem vários órgãos e empresas que desapropriam, de acordo com a lei, para cumprimento das suas finalidades, dos seus objetivos. Em matéria de empresas que desapropriam, sem querer fazer crítica a outros órgãos que também desapropriam, acreditamos que as empresas que compõem o Ministério das Minas e Energia, como a PETROBRÁS, a Vale do Rio Doce, subsidiárias da ELETROBRÁS, Furnas, ELETRONORTE, CPRM e outros órgãos, essas empresas são as que melhor pagam. Digo em termos de valor, justamente atendendo a essas preocupações dos desapropriados. Não quero fazer críticas a outros órgãos. Se tivéssemos um termômetro para medir de zero a cem, as empresas

que compõem o Ministério das Minas e Energia devem merecer a nota 100. As terras desapropriadas estão sendo indenizadas convenientemente, adequadamente, por parte das empresas de eletricidade, por parte da PETROBRÁS — empresa de petróleo, e outros órgãos.

Nobre Deputado Cardoso de Almeida, caso tenhamos conhecimento dos fatos reais, concretos, em que haja esse abuso, estamos prontos para receber as reclamações e, sendo justas, tomaremos medidas a favor do desapropriado.

O SR. CARDOSO DE ALMEIDA — Ontem, a Comissão de Inquérito das Multinacionais no País, tivemos notícias de que existe em construção uma hidrelétrica, cujo material foi adquirido na Rússia, porque esse País tinha créditos bloqueados no Brasil, isto é, a Rússia nos devia e não tinha outra moeda, outro dinheiro, nem petróleo, nem outros produtos para pagar. Então, foi feito um contrato para a compra de quase a totalidade do material para a referida hidrelétrica, em concorrência com as multinacionais instaladas aqui, no Brasil, e também ao capital de firmas nacionais que produzem esse mesmo material.

Sr. Ministro, esse procedimento não é uma concorrência nefasta ao nosso mercado de trabalho e à nossa produção de equipamentos de eletricidade?

O SR. SHIGEAKI UEKI — O comércio é uma avenida de dois sentidos. Temos que ir para vir, principalmente no comércio com os países socialistas. Os países socialistas buscam um equilíbrio na balança comercial.

Então, para responder à pergunta de V. Ex<sup>a</sup>, é muito natural, se o Brasil exporta produtos agrícolas — açúcar, café e outros — para determinado país socialista e não compramos nada daquele país, é muito provável que haja pressão no sentido de que compremos produtos daquele país socialista, a fim de restabelecer o equilíbrio comercial.

No caso da União Soviética, realmente temos mandado muito café e outros produtos agrícolas. Havia certo desbalanceamento. Houve a necessidade, por parte do Brasil, de comprar produtos mais convenientes, mais necessários ao País. Compramos petróleo da União Soviética recentemente. Já vínhamos comprando ao longo dos anos. Também compramos turbinas para a usina de Sobradinho. Essas turbinas são um pouco diferentes das turbinas das outras usinas. São turbinas Capra, e não, Frances. Temos fabricado alguma coisa de turbina Frances, e não temos experiência em turbinas Capra. A União Soviética tem larga experiência nesse tipo de turbinas e inclusive fornece a países altamente industrializados, como o Canadá. O Canadá importou turbinas Capra da União Soviética talvez pelo mesmo motivo que o Brasil está fazendo: deve ser exportador de alguns produtos para a União Soviética, e se viu na obrigação de equilibrar o seu balanço comercial. De certa forma, a compra de turbinas foi interessante e importante para o País, porque o prazo de entrega é bastante curto, e o Nordeste tem necessidade dessas turbinas, pois aumentou seu consumo de energia elétrica a taxas não previstas. O consumo de energia elétrica no Nordeste vem crescendo a taxas superiores a 17% ao ano. Significa que temos que dobrar a capacidade de geração no Nordeste em menos de 5 anos.

Só para V. Ex<sup>as</sup> terem uma idéia, iniciou-se a construção da Usina de Sobradinho há um ano e meio. Não estava prevista a construção da casa de força, porque não havia necessidade de geração adicional de energia naquela região. Já no meado do ano passado, tivemos que alterar a decisão e começamos a construção da casa de força. Tínhamos que motorizar Sobradinho urgentemente, para atender às necessidades do Nordeste. Hoje, não se trata de motorizar simplesmente Sobradinho, mas motorizar com urgência, para não se criar problemas de suprimento de energia ao Nordeste.

O prazo curto de entrega de turbinas, da ordem de 36 meses após a data da assinatura do contrato, foi fator importante para a realização da compra.

Para o necessário equilíbrio do comércio exterior brasileiro a favor da agricultura, temos que tomar, muitas vezes, medidas um pouco antipáticas ao setor industrial, mas não significa, absolutamente, alteração da política do atual Governo, no sentido de prestigiar, de fortalecer e dar o devido incentivo ao importante setor das indústrias de bens de capital. Através de V. Ex<sup>a</sup>, nobre Deputado Cardoso de Almeida, transmito ao industrial que fez a reclamação, que essa compra, realizada na União Soviética, não significa, absolutamente, alteração da política do Governo no sentido de incentivar e prestigiar o setor de indústria de bens de capital.

O SR. CARDOSO DE ALMEIDA — A última pergunta, que o Senador Paulo Guerra me pediu fizesse: por que o Governo não assegura ao óleo diesel, destinado aos tratores empregados no campo, uma estabilidade de preço?

O SR. SHIGEAKI UEKI — No preço de gasolina temos uma parcela que subsidia o preço do óleo diesel, ou seja, a gasolina hoje está sendo vendida um pouco mais cara para se poder vender o óleo diesel um pouco mais barato.

Já que estamos nos últimos minutos de nossa palestra, falarei um pouco sobre o monopólio. É fundamental a manutenção do monopólio no setor do petróleo. (Palmas.)

Este tipo de política de vender gasolina mais cara para vender o óleo diesel mais barato só é possível porque existe um comprador e um vendedor de petróleo no nosso País: a PETROBRÁS. Digo mais, para superar a crise de outubro de 1973, crise seriíssima que vivemos, não dia a dia, mas minuto a minuto da crise, se não tivéssemos uma empresa forte brasileira, com um monopólio, como a PETROBRÁS, dificilmente o Brasil teria superado a crise de suprimento do petróleo, se estivesse dependendo das empresas multiracionais.

E várias outras medidas de alcance importante, nesse setor básico, não seriam possíveis, não poderiam ser tomadas com a eficiência como as tomadas, se não houvesse a empresa PETROBRÁS executora do monopólio do petróleo no nosso País.

Esse tipo de política enseja tenhamos o preço da gasolina aqui, em Brasília, praticamente igual ao do Rio de Janeiro. É um milagre econômico. Se não houvesse o monopólio do petróleo no nosso País e se estivessem atuando 20 empresas de petróleo dentro do nosso Território, com total liberdade, dificilmente seria possível praticar essa política de preço, dificilmente o preço de gasolina aqui, em Brasília, seria o mesmo do Rio de Janeiro. Isso só é possível com o monopólio.

É uma boa política para o Brasil? Acreditamos que sim, porque combustível é o insumo básico para o desenvolvimento do País, e temos que interiorizar o nosso desenvolvimento. Realmente, ocupamos apenas pequena faixa litorânea, e há um imenso Brasil para ser conquistado. O combustível — como já disse — é o insumo básico para interiorizar o nosso desenvolvimento.

Seria por demais redundante querer citar aqui cada um dos benefícios resultantes da implantação do monopólio do petróleo em nosso País, porque é do conhecimento de todos os brasileiros o trabalho eficiente que realiza a PETROBRÁS na execução da política do monopólio.

Porque sabia que surgiria esta pergunta neste Seminário, tive o cuidado de escrever, para depois não serem mal-interpretados meus pensamentos, e peço licença para proceder à leitura.

Primeiro responderei ao Senador Itamar Franco, congratulando-me com sua proposição para realizar este Seminário de Política Mineral do Brasil.

Como disse, nosso Ministério das Minas e Energia tem dado ênfase excessiva ao setor energético, quando o setor mineral é bastante importante para a economia do País.

Então, preliminarmente, congratulo-me com a iniciativa do nobre Senador Itamar Franco, com o ilustre Presidente da Comissão de Minas e Energia, Senador João Calmon, e demais Senadores que compõem a Comissão.

Com referência ao Programa Nuclear, lamento que a resposta seja muito curta, mas não posso dizer nada além disso que está escrito.

"Está em fase final de elaboração, para próxima assinatura, um acordo sobre cooperação nuclear entre o Brasil e a República Federal da Alemanha. Esse acordo visa apenas, e exclusivamente, a utilização pacífica da energia nuclear. Conterá toda salvaguarda da Agência Internacional de Energia Atômica—AIEA, da qual o Brasil e a República Federal da Alemanha fazem parte. Tais salvaguardas visam a impedir que a atividade nuclear seja canalizada para fins considerados não-pacíficos, isto é, a confecção de explosivos nucleares. O Brasil respeitará estritamente esta salvaguarda."

Esta, a resposta que posso dar ao ilustre Senador e, acredito, depois da assinatura do Acordo poderemos entrar em considerações.

O SR. ITAMAR FRANCO — Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, e aproveito para cumprimentar o Brasil pela assinatura desse Acordo, se realmente se confirmar.

O SR. SHIGEAKI UEKI — Minha resposta ao Senador Luiz Cavalcante e ao Deputado Cardoso de Almeida.

Em 8 de maio passado, no encontro com os ilustres Membros da Comissão de Minas e Energia, presidida pelo Senador João Calmon, tivemos oportunidade de fazer algumas considerações sobre o problema mineral e energético do País e a política do Governo nos respectivos setores. Na ocasião conversamos sobre o petróleo, que é motivo de justa preocupação de todos os brasileiros. Todos nós desejamos a auto-suficiência no setor, pois isto significaria o imediato alívio na balança comercial e de pagamentos, além de reduzir os preços dos derivados de petróleo que, após a crise de 1973, vêm sacrificando os consumidores nacionais.

A bem da verdade, face aos debates que estão sendo travados no Congresso e veiculados nos órgãos de divulgação, temos a obrigação de prestar os seguintes esclarecimentos:

1º) É absolutamente improcedente a notícia de que o Ministro das Minas e Energia busca enfraquecer o monopólio estatal do petróleo. Reiteradas vezes realçamos os aspectos positivos do monopólio em conferências e entrevistas. Vendo o rumo dos debates, na base de a favor ou contra o monopólio, afirmamos, por escrito, no dia seguinte, que a política petrolífera não seria alterada e que cumpriríamos à risca a letra e o espírito da Lei nº 2.004.

2º) É absolutamente improcedente tenhamos levantado dúvidas sobre a capacidade técnica dos profissionais da PETROBRÁS.

Como cidadão, ex-Diretor daquela empresa e ora Ministro de Estado que tem a responsabilidade da execução da política estabelecida pelo Governo no setor energético, inclusive do petróleo, sempre realçamos a capacidade, a dedicação, o entusiasmo e o patriotismo dos técnicos da PETROBRÁS.

Não é verdade que, ao referir-nos, em termos pessoais, sobre os contratos de prestação de serviços à PETROBRÁS com cláusula de risco para fins de ressarcimento, não declaramos que o pagamento pelos serviços prestados seria em petróleo. O pagamento seria sempre em dinheiro, e não em petróleo, pois temos o monopólio estatal desse produto.

Finalmente considerando o rumo dos debates, praticamente sempre na base de a favor ou contra o monopólio, julgamos conveniente encerrar o assunto.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente e Srs. Congressistas. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Calmon). Agradecemos a preciosa contribuição do Titular da Pasta das Minas e Energia a este I Seminário sobre política mineral, e declaramos encerrados nossos trabalhos.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 50 minutos.)

**MESA**

Presidente:  
Magalhães Pinto (ARENA—MG)

1º-Vice-Presidente:  
Wilson Gonçalves (ARENA—CE)

2º-Vice-Presidente:  
Benjamin Farah (MDB—RJ)

1º-Secretário:  
Dinarte Mariz (ARENA—RN)

2º-Secretário:  
Marcos Freire (MDB—PE)

3º-Secretário:  
Lourival Baptista (ARENA—SE)

4º-Secretário:  
Lenoir Vargas (ARENA—SC)

Suplentes de Secretários:  
Ruy Carneiro (MDB—PB)  
Renato Franco (ARENA—PA)  
Alexandre Costa (ARENA—MA)  
Mendes Canale (ARENA—MT)

**LIDERANÇA DA ARENA  
E DA MAIORIA**

Líder  
Petrônio Portella  
Vice-Líderes  
Eurico Rezende  
Jarbas Passarinho  
José Lindoso  
Mattos Leão  
Osires Teixeira  
Ruy Santos  
Saldanha Derzi  
Virgílio Távora

**LIDERANÇA DO MDB  
E DA MINORIA**

Líder  
Franco Montoro  
Vice-Líderes  
Mauro Benevides  
Roberto Saturnino  
Itamar Franco  
Evandro Carneiro

**COMISSÕES**

Diretor: José Soares de Oliveira Filho  
Local: Anexo II — Térreo  
Telefones: 23-6244 e 24-8105 — Ramais 193 e 257

**A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES**

Chefe: Cláudio Carlos Rodrigues Costa  
Local: Anexo II — Térreo  
Telefone: 24-8105 — Ramais 301 e 313

**COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Orestes Quéricia  
Vice-Presidente: Benedito Ferreira

**Titulares**

**Suplentes**

ARENA

1. Vasconcelos Torres
2. Paulo Guerra
3. Benedito Ferreira
4. Itálvio Coelho
5. Mendes Canale

1. Altevir Leal
2. Otair Becker
3. Renato Franco

MDB

1. Agenor Maria
2. Orestes Quéricia

1. Adalberto Sena
2. Amaral Peixoto

Assistente: Mauro Lopes de Sá — Ramal 310.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas.

Local: Sala "Coelho Rodrigues" — Anexo II — Ramal 613.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Cattete Pinheiro  
Vice-Presidente: Agenor Maria

**Titulares**

ARENA

1. Cattete Pinheiro
2. José Guimard
3. Teotônio Vilela
4. Osires Teixeira
5. José Esteves

**Suplentes**

1. Saldanha Derzi
2. José Sarney
3. Renajo Franco

MDB

1. Agenor Maria
2. Evandro Carneiro

1. Evelásio V eira
2. Gilvan Rocha

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312.

Reuniões: Terços-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)**

(10 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Accioly Filho  
1º-Vice-Presidente: Gustavo Capanema  
2º-Vice-Presidente: Paulo Brassard

**Titulares**

ARENA

1. Accioly Filho
2. José Sarney
3. José Lindoso
4. Helvídio Nunes
5. Itálvio Coelho
6. Eurico Rezende
7. Gustavo Capanema
8. Heitor Dias
9. Orlando Zancaner

**Suplentes**

1. Mattos Leão
2. Henrique de La Rocque
3. Petrônio Portella
4. Renato Franco
5. Osires Teixeira

MDB

1. Dirceu Cardoso
2. Leite Chaves
3. Nelson Carneiro
4. Paulo Brassard

1. Franco Montoro
2. Mauro Benevides

Assistente: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

**COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)**

(11 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Heitor Dias

Vice-Presidente: Adalberto Sena

**Titulares**

1. Helvídio Nunes
2. Eurico Rezende
3. Renato Franco
4. Osires Teixeira
5. Saldanha Derzi
6. Heitor Dias
7. Henrique de La Rocque
8. Otair Becker

## ARENA

**Suplentes**

1. Augusto Franco
2. Luiz Cavalcante
3. José Lindoso
4. Wilson Campos
5. Virgílio Távora

## MDB

1. Adalberto Sena
2. Lázaro Barboza
3. Ruy Carneiro

1. Evandro Carreira
2. Nelson Carneiro

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306.

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716.

**COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)**

(11 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Cabral

Vice-Presidente: Renato Franco

**Titulares**

1. Milton Cabral
2. Vasconcelos Torres
3. Jessé Freire
4. Luiz Cavalcante
5. Arnon de Mello
6. Jarbas Passarinho
7. Paulo Guerra
8. Renato Franco

## ARENA

**Suplentes**

1. Benedito Ferreira
2. Augusto Franco
3. Ruy Santos
4. Cattete Pinheiro
5. Helvídio Nunes

## MDB

1. Franco Montoro
2. Orestes Quércia
3. Roberto Saturnino

1. Agenor Maria
2. Amaral Peixoto

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)**

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Tarso Dutra

Vice-Presidente: Henrique de La Rocque

**Titulares**

1. Tarso Dutra
2. Gustavo Caponema
3. João Calmon
4. Henrique de La Rocque
5. Mendes Canale

## ARENA

**Suplentes**

1. Arnon de Mello
2. Helvídio Nunes
3. José Sarney

## MDB

1. Evelásio Vieira
2. Paulo Brassard

1. Franco Montoro
2. Itamar Franco

Assistente: Cleide Maria B. f. Cruz — Ramal 598.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

**COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)**

(17 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaral Peixoto

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

**Titulares**

1. Saldanha Derzi
2. Benedito Ferreira
3. Alexandre Costa
4. Fausto Castelo-Branco
5. Jessé Freire
6. Virgílio Távora
7. Mattos Leão
8. Tarso Dutra
9. Henrique de La Rocque
10. Helvídio Nunes
11. Teotônio Vilela
12. Ruy Santos

## ARENA

**Suplentes**

1. Daniel Krieger
2. Wilson Campos
3. José Guimard
4. José Sarney
5. Heitor Dias
6. Cattete Pinheiro
7. Osires Teixeira

## MDB

1. Amaral Peixoto
2. Leite Chaves
3. Mauro Benevides
4. Roberto Saturnino
5. Ruy Carneiro

1. Danton Jobim
2. Dirceu Cardoso
3. Evelásio Vieira

Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 303.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas.

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716.

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Nelson Carneiro  
Vice-Presidente: Jessé Freire

**Titulares**

1. Mendes Canale
2. Domicio Gondim
3. Jarbas Passarinho
4. Henrique de La Rocque
5. Jessé Freire

ARENA

**Suplentes**

1. Virgílio Távora
2. Eurico Rezende
3. Accioly Filho

MDB

1. Franco Montoro
2. Nelson Carneiro

1. Lázaro Barbosa
2. Ruy Carneiro

Assistente: Cláudio Vital Rebouças Lacerda — Ramal 307.  
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.  
Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: João Calmon  
Vice-Presidente: Domicio Gondim

**Titulares**

1. Milton Cabral
2. Arnon de Mello
3. Luiz Cavalcante
4. Domicio Gondim
5. João Calmon

ARENA

**Suplentes**

1. Paulo Guerra
2. José Guimard
3. Virgílio Távora

MDB

1. Dirceu Cardoso
2. Itamar Franco

1. Gilvan Rocha
2. Leite Chaves

Assistente: Mauro Lopes de Sá — Ramal 310.  
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas.  
Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

**COMISSÃO DE REDAÇÃO (CR)**

(5 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Danton Jobim  
Vice-Presidente: Renato Franco

**Titulares**

1. José Lindoso
2. Renato Franco
3. Orlando Zancaner

ARENA

**Suplentes**

1. Virgílio Távora
2. Mendes Canale

MDB

1. Danton Jobim
2. Orestes Quércia

1. Dirceu Cardoso

Assistente: Maria Carmen Castro Souza — Ramal 134.  
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas.  
Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)**

(15 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Daniel Krieger  
1º-Vice-Presidente: Luiz Viana  
2º-Vice-Presidente: Virgílio Távora

**Titulares**

1. Daniel Krieger
2. Luiz Viana
3. Virgílio Távora
4. Jessé Freire
5. Arnon de Mello
6. Petrónio Portella
7. Saldanha Derzi
8. José Sarney
9. João Calmon
10. Augusto Franco

**Suplentes**

ARENA

1. Accioly Filho
2. José Lindoso
3. Cattete Pinheiro
4. Fausto Castelo-Branco
5. Mendes Canale
6. Halvício Nunes

MDB

1. Danton Jobim
2. Gilvan Rocha
3. Itamar Franco
4. Leite Chaves
5. Mauro Benevides

1. Nelson Carneiro
2. Paulo Brassard
3. Roberto Saturnino

Assistente: Cândida Hippertt — Ramal 676.  
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas.  
Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716.

**COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Fausto Castelo-Branco  
Vice-Presidente: Gilvan Rocha

**Titulares**

1. Fausto Castelo-Branco
2. Cattete Pinheiro
3. Ruy Santos
4. Otair Becker
5. Altevir Leal

**Suplentes**

ARENA

1. Saldanha Derzi
2. Wilson Campos
3. Mendes Canale

MDB

1. Adalberto Sena
2. Gilvan Rocha

1. Evandro Carreira
2. Ruy Carneiro

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306.  
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.  
Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

**COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: José Guimard

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

**Titulares**

1. Luiz Cavalcante
2. José Lindoso
3. Virgílio Távora
4. José Guimard
5. Vasconcelos Torres

**Suplentes**

ARENA

1. Jarbas Passarinho
2. Henrique de La Rocque
3. Alexandre Costa

MDB

1. Amaral Peixoto
2. Adalberto Sena

1. Agenor Maria
2. Orestes Quércia

Assistente: Léda Ferreira da Rocha — Ramal 312.

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:30 horas.

Local: Sala "Clóvia Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 312.

**COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Lázaro Barboza

Vice-Presidente: Orlando Zancaner

**Titulares**

1. Augusto Franco
2. Orlando Zancaner
3. Heitor Dias
4. Accioly Filho
5. Luiz Viana

**Suplentes**

ARENA

1. Mattos Leão
2. Gustavo Capanema
3. Alexandre Costa

MDB

1. Itamar Franco
2. Lázaro Barboza

1. Danton Jobim
2. Mauro Benevides

Assistente: Cláudio Vital Rebouças Lacerda — Ramal 307.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala "Coelho Rodrigues" — Anexo II — Ramal 613.

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Alexandre Costa

Vice-Presidente: Luiz Cavalcante

**Titulares**

1. Alexandre Costa
2. Luiz Cavalcante
3. Benedito Ferreira
4. José Esteves
5. Paulo Guerra

**Suplentes**

ARENA

1. Orlando Zancaner
2. Mendes Canale
3. Teotônio Vilela

MDB

1. Evandro Carreira
2. Evelásio Vieira

1. Lázaro Barboza
2. Roberto Saturnino

Assistente: Cândido Hippertt — Ramal 676.

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala "Coelho Rodrigues" — Anexo II — Ramal 613.

**B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS E DE INQUÉRITO****Comissões Temporárias**

Chefe: Ruth de Souza Castro.

Local: Anexo II — Térreo.

Telefone: 24-8105 — Ramal 303.

1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.

2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos.

3) Comissões Especiais e de Inquérito, e

4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

Assistentes de Comissões: José Washington Chaves — Ramal 762; Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674; Marília de Carvalho Brício — Ramal 314; Cleide Maria B.F. Cruz — Ramal 598; Juliano Lauro da Escossia Nogueira — Ramal 314.

**SENADO FEDERAL****SUBSECRETARIA DE COMISSÕES****SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES****HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL PARA O ANO DE 1975**

HORAS	TERÇA	S A L A	ASSISTENTE	HORAS	QUINTA	S A L A S	ASSISTENTE
10:00	C.A.R.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	LÉDA	09:00	C.D.F.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	RONALDO
HORAS	QUARTA	S A L A S	ASSISTENTE				
				10:00	C.E.C.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	CLEIDE
10:00	C.C.J.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	MARIA HELENA		C.S.P.C.	COELHO RODRIGUES Ramal - 613	CLÁUDIO LACERDA
	C.E.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	DANIEL		C.P.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	MARCUS VINICIUS
				10:30			
10:30	C.R.E.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	CÂNDIDO		C.M.E.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	MAURO
	C.A.	COELHO RODRIGUES Ramal - 613	MAURO		C.L.S.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	CLÁUDIO LACERDA
11:00	C.R.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	MARIA CARMEM	11:00	C.S.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	RONALDO
11:30	C.S.N.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	LÉDA		C.T.	COELHO RODRIGUES Ramal - 613	CÂNDIDO



## O CONGRESSO NACIONAL E O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

HISTÓRICO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 7, DE 7-9-70

Volume com 356 páginas — Preço: Cr\$ 15,00

TRABALHO ELABORADO E REVISADO PELA  
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à  
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,  
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,  
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do  
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL  
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

## LEGISLAÇÃO CONSTITUCIONAL E COMPLEMENTAR

EMENDAS CONSTITUCIONAIS Nºs 1 A 3

ATOS INSTITUCIONAIS Nºs 1 A 17

ATOS COMPLEMENTARES Nºs 1 A 96

LEIS COMPLEMENTARES Nºs 1 A 12

CONTENDO LEGISLAÇÃO CITADA E SINOPSE

2 SUPLEMENTOS

ATOS COMPLEMENTARES Nºs 97 a 99  
LEIS COMPLEMENTARES Nºs 13 a 20

Preço: Cr\$ 25,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à  
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,  
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,  
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do  
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL  
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

**Centro Gráfico do Senado Federal  
Caixa Postal 1.203  
Brasília — DF**

**EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS**

**PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,50**